



Demonstrações Financeiras 2020

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução
João Pessoa / PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 também atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Ações de Educação Financeira com palestras em órgãos e instituições parceiras; ações especiais durante a 7ª Semana Nacional de Educação Financeira; encontro “Cooperativismo também é coisa de mulher”; atividades inclusivas durante o Dia “C” em todas as cidades em que temos agências físicas (João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Patos, Solânea, Mamanguape e Guarabira); realização do projeto "Verão + Saudável"; promoção do I Workshop de Sustentabilidade com a participação de colaboradores do Centro Administrativo Sicredi (CAS); campanha Natal + Solidário com doações e atividades que contribuem para um mundo melhor; realização de palestra sobre como declarar corretamente o IRPF; realização do 18º Seminário de Cooperativismo de Crédito (de forma on-line); implantação do Programa Crescer com os colaboradores.

Entre as principais atividades administrativas, podemos destacar: inauguração da Agência Solânea; inauguração da Agência Mamanguape; liberação do primeiro crédito agro; isenção tarifa do Woop; divulgação do espaço Coworking na Sede da Cooperativa; implantação de caixa eletrônico no Mag Shopping, Tambiá Shopping e Shopping Partage; alcance R\$ 1 bi em aplicações, R\$ 1 bi em crédito e R\$ 2 bi em ativos; implantação da plataforma digital para abertura de contas PF; criação do Minuto Sicredi Evolução no instagram; implantação novo sistema de caixas Sicredi; criação de área de Processo na cooperativa; adequação da intranet vinculada à Rede Colaborativa Sicredi; implantação e divulgação do whastapp enterprise; realização de campanha interna de promoção aos negócios.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Cooperar Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa Sicredi Evolução atuou fortemente no momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos a ação Gente que Cooperar Cuida, que visou mitigar o efeito da pandemia da COVID com R\$ 700 mil doados para mais de 100 instituições públicas e privadas, nos municípios de João Pessoa, Bananeiras, Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, Mamanguape, Patos e Solânea. As doações beneficiaram mais de 10 mil pessoas e incluíram compras de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), além de cestas básicas, material de limpeza, fraldas geriátricas, kits de higiene pessoal e totem de álcool em gel. Nas agências, para o cuidado com os nossos associados e colaboradores, promovemos uma série de ações especiais que incluíram além da higienização constante dos ambientes, o acompanhamento do bem-estar, informações à prevenção e diversas outras ações para a minimização dos riscos e combate à

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução
CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		2.069.574	1.662.193	PASSIVO		1.608.817	1.234.068
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	16.823	15.138	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.509.188	1.156.307
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.018.411	1.635.863	Depósitos à vista		304.405	199.542
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	126.798	110.483	Depósitos a prazo		1.204.783	956.765
Centralização financeira	(Nota 04)	724.007	545.041	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.361	1.308
Relações interfinanceiras ativas		-	476	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	12.014	264
Operações de crédito	(Nota 06)	1.102.731	917.166	Outros passivos financeiros	(Nota 13)	347	1.044
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	64.875	62.697	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 14)	30.180	31.822
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 06)	(58.445)	(73.395)	OUTROS PASSIVOS	(Nota 15)	57.088	44.631
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)	13.934	11.853	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 16)	460.757	428.125
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	44.961	41.857	CAPITAL SOCIAL		341.899	331.272
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	33.569	30.837	RESERVAS DE SOBRAS		78.560	60.137
INTANGÍVEL	(Nota 10)	321	40	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		40.298	36.716
TOTAL DO ATIVO		2.069.574	1.662.193	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.069.574	1.662.193

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução
CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	73.824	148.807	135.273
Operações de crédito (Nota 06)	72.499	145.056	132.398
Resultado títulos e valores mobiliários	1.325	3.751	2.875
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.986)	(40.763)	(49.239)
Operações de captação no mercado	(11.839)	(28.632)	(42.353)
Operações de empréstimos e repasses	(196)	(218)	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	1.049	(11.913)	(6.886)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	62.838	108.044	86.034
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.558)	(35.876)	(15.426)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	6.965	12.176	6.913
Rendas de tarifas bancárias	3.779	7.157	5.021
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 19)	(17.603)	(33.664)	(25.800)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 20)	(13.888)	(25.818)	(17.531)
Dispêndios e despesas tributárias	(99)	(265)	(323)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	16.415	23.030	37.510
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 22)	(12.127)	(18.492)	(21.216)
RESULTADO OPERACIONAL	46.280	72.168	70.608
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.814)	(2.686)	(70)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	43.466	69.482	70.538
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23	-	-
Provisão para Imposto de Renda	11	-	-
Provisão para Contribuição Social	12	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.598)	(2.677)	(2.085)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	41.891	66.805	68.453

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução
CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019 (Não auditado)	264.215	53.011	33.052	350.278
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(32.382)	(32.382)
Destinações para reservas	-	2.072	-	2.072
Destinação para Fundo Social	-	-	(331)	(331)
Outras destinações	-	-	(339)	(339)
Saldo de incorporação	42.326	4.566	(12.625)	34.267
Capital de associados				
Aumento de capital	48.644	-	-	48.644
Baixas de capital	(23.913)	-	-	(23.913)
Reversões de reservas	-	(12.625)	12.625	-
Resultado do período	-	-	68.453	68.453
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.622)	(2.622)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(16.002)	(16.002)
Reserva legal - Estatutária	-	13.113	(13.113)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	331.272	60.137	36.716	428.125
Mutações do Período	67.057	7.126	3.664	77.847
Saldos no início do período em 01/01/2020	331.272	60.137	36.716	428.125
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(32.041)	(32.041)
Destinações para reservas	-	4.031	(4.031)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	(551)	(551)
Outras destinações	-	-	(93)	(93)
Capital de associados				
Aumento de capital	41.634	-	-	41.634
Baixas de capital	(31.007)	-	-	(31.007)
Resultado do período	-	-	66.805	66.805
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.878)	(2.878)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(9.237)	(9.237)
Reserva legal - Estatutária	-	14.392	(14.392)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	341.899	78.560	40.298	460.757
Mutações do Período	10.627	18.423	3.582	32.632
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	337.955	60.688	24.914	423.557
Destinação resultado exercício anterior				
Destinações para reservas	-	3.480	-	3.480
Capital de associados				
Aumento de capital	18.104	-	-	18.104
Baixas de capital	(14.160)	-	-	(14.160)
Resultado do período	-	-	41.891	41.891
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.878)	(2.878)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(9.237)	(9.237)
Reserva legal - Estatutária	-	14.392	(14.392)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	341.899	78.560	40.298	460.757
Mutações do Período	3.944	17.872	15.384	37.200

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução
CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	21.673	49.661	69.340
Resultado do semestre/exercício	41.891	66.805	68.453
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(20.218)	(17.144)	887
(Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(17.306)	(14.950)	(3.088)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(127)	100
Depreciação e amortização	1.315	2.414	1.571
Baixas do ativo permanente	4	39	22
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.353)	(1.642)	4.904
Destinações ao FATES	(2.878)	(2.878)	(2.622)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	41.928	170.855	(94.449)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.666)	(16.315)	(110.483)
Redução em relações interfinanceiras ativas	6.808	476	475
(Aumento) em operações de crédito	(143.588)	(185.565)	(141.980)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(6)	11.750	(1.638)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(8.489)	(2.178)	(14.121)
(Aumento) em outros ativos	(698)	(1.954)	(1.799)
Aumento em depósitos	179.695	352.881	163.377
(Redução) Aumento em passivos financeiros	(372)	(697)	591
Absorção de dispêndios pelo FATES	(417)	(1.498)	(1.249)
Aumento em outros passivos	11.661	13.955	12.378
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	63.601	220.516	(25.109)
Aquisição de investimentos	(2.134)	(3.104)	(2.917)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.848)	(5.132)	(5.929)
Aplicações no intangível	(253)	(334)	1
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.235)	(8.570)	(8.845)
Integralização de capital	18.104	41.634	48.644
Baixa de capital	(14.160)	(31.007)	(23.913)
Juros ao capital próprio	(9.237)	(9.237)	(16.002)
Distribuição de Sobras	-	(32.685)	(33.052)
Destinações para reservas	3.480	-	2.072
Caixa proveniente de incorporação	-	-	103.798
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.813)	(31.295)	81.547
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	56.553	180.651	47.593
Caixa e equivalente de caixa no início do período	684.277	560.179	512.586
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	740.830	740.830	560.179

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução
CNPJ/MF nº 35.571.249/0001-31

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	41.891	66.805	68.453
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	41.891	66.805	68.453

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 26/04/1993 e sede situada na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 410, na cidade de João Pessoa - Paraíba. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 20 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognóstico de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 14;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	16.823	15.138
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	724.007	545.041
Total	740.830	560.179

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	39.782	72.108	-	111.890	100.089
DI entre Banco e Cooperativa	-	5.838	9.070	14.908	10.394
Total	39.782	77.946	9.070	126.798	110.483
Total circulante				117.728	19.604
Total não circulante				9.070	90.879

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 112% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				Total da carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	3.788	75.980	177.840	759.156	1.016.764	839.008
Financiamentos	41	5.929	16.505	52.934	75.409	78.034
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	788	2.165	7.605	10.558	124
Total das operações de crédito	3.829	82.697	196.510	819.695	1.102.731	917.166
Avais e fianças honrados	4	-	-	-	4	-
Títulos e créditos a receber	-	25.373	9.174	17	34.564	27.274
Total de outros créditos	4	25.373	9.174	17	34.568	27.274
Carteira total	3.833	108.070	205.684	819.712	1.137.299	944.440
Total circulante					317.587	320.779
Total não circulante					819.712	623.661

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	23.131	134	-	-
A	0,50	741.636	547.680	3.708	2.738
B	1,00	149.573	152.576	1.496	1.526
C	3,00	97.449	108.561	2.923	3.257
D	10,00	58.712	48.431	5.871	4.843
E	30,00	26.289	23.318	7.887	6.995
F	50,00	4.060	10.471	2.030	5.236
G	70,00	6.396	14.896	4.477	10.427
H	100,00	30.053	38.373	30.053	38.373
Total		1.137.299	944.440	58.445	73.395

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 3.846 (dezembro de 2019 - R\$ 2.464) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 24). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 36 (dezembro de 2019 - R\$ 14) conforme Nota 13.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	1.337	70.162	126.990	613.861	812.350	625.884
Rural	-	788	2.165	7.605	10.558	124
Industrial	86	712	2.586	2.644	6.028	8.340
Comércio	1.200	14.453	27.710	62.933	106.296	95.590
Outros serviços	1.210	21.955	46.233	132.669	202.067	214.502
Total	3.833	108.070	205.684	819.712	1.137.299	944.440
Total circulante					317.587	320.779
Total não circulante					819.712	623.661

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	79.944	7,03	87.878	9,30
50 devedores seguintes	90.808	7,98	106.583	11,29
100 devedores seguintes	78.557	6,91	76.817	8,13
Demais	887.990	78,08	673.162	71,28
Total	1.137.299	100,00	944.440	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	73.395	50.493
Constituição de provisão	59.484	29.948
Reversão de provisão	(47.571)	(23.062)
Movimentação de baixados para prejuízo	(26.863)	(9.974)
Saldo de Incorporação	-	25.990
Saldo final	58.445	73.395

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	61.529	125.456	118.102
Financiamentos	5.102	10.966	8.438
Financiamentos rurais e agroindustriais	258	292	-
Subtotal	66.889	136.714	126.540
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	5.610	8.342	5.858
Total	72.499	145.056	132.398

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 342.440 (2019 - R\$ 310.044).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	34.564	27.274
Rendas a receber	1.508	2.571
Avais e fianças honrados (Nota 06)	4	-
Operações com cartões	786	372
Devedores por depósitos em garantia	28.013	32.480
Total	64.875	62.697
Total circulante	36.845	30.211
Total não circulante	28.030	32.486

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	12.868	7.432
Adiantamentos e antecipações salariais	72	29
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	86	2.080
Adiantamentos para Confederação Sicredi	320	-
Impostos e contribuições a compensar	171	344
Pendências a regularizar	128	1.646
Outros	289	322
Total	13.934	11.853
Total circulante	13.934	11.845
Total não circulante	-	8

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	13.261	8.054
Imóveis	13.261	8.054
Despesas antecipadas	162	52
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(555)	(682)
Total circulante	12.868	7.424
Despesas antecipadas	-	8
Total não circulante	-	8

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(682)	(582)
Constituição de provisão	-	(100)
Reversão de provisão	127	-
Saldo final	(555)	(682)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	39.509	37.375
Sicredi Participações S.A.	5.448	4.478
Outras participações e investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outros investimentos	2	2
Total	44.961	41.857

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.663.450 ON	1.207.056 ON	2	2	39.509.239	37.375.434
	3.783.850 PN	2.735.853 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,46%	0,37%	1,24%	1,24%	23,93%	23,12%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	165.101	155.922
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	173.388	161.687
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	3.283	1.618
Valor do investimento	5.448	4.478	2	2	39.509	37.375

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	45.465	(11.896)	33.569	30.837
Imobilizações em curso	-	2.543	-	2.543	7.582
Terrenos	-	4.160	-	4.160	3.750
Edificações	4%	19.101	(4.549)	14.552	11.350
Instalações	10%	2.205	(1.624)	581	593
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.485	(565)	4.920	2.598
Móveis e equipamentos	10%	6.307	(2.557)	3.750	2.704
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.363	(390)	973	477
Equipamentos de processamento de dados	20%	3.759	(1.990)	1.769	1.418
Veículos	20%	542	(221)	321	365
Intangível		1.284	(963)	321	40
Investimentos Confederação		334	(27)	307	-
Outros ativos intangíveis		950	(936)	14	40

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	304.405	-	-	304.405	199.542
Depósitos a prazo	20.435	64.971	1.119.377	1.204.783	956.765
Total	324.840	64.971	1.119.377	1.509.188	1.156.307
Total circulante				389.811	301.917
Total não circulante				1.119.377	854.390

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	12.014	123
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	141
Total	12.014	264

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	764	2.152	9.098	12.014	123
Total - Recursos do Crédito Rural	764	2.152	9.098	12.014	123
Total circulante				2.916	-
Total não circulante				9.098	123

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 6,17% a.a. com vencimentos até 20/07/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	36	14
Recursos em trânsito de terceiros	311	1.030
Total circulante	347	1.044

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	357	243
Tributária	Provável	29.823	31.579
Total não circulante		30.180	31.822

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	243	307	(193)	357
Tributária	31.579	7.402	(9.158)	29.823
Total não circulante	31.822	7.709	(9.351)	30.180

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 583 (dezembro de 2019 - R\$ 653).

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	35.361	27.234
Provisão para pagamentos a efetuar	3.910	3.426
Cotas de capital a pagar	7.089	4.856
Provisão para participações nos lucros	1.352	1.202
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.052	3.672
Demais fundos constituídos	156	390
Impostos e contribuições a recolher	1.191	1.298
Credores diversos	2.299	1.862
Cheques administrativos	122	75
Cobrança e arrecadação de tributos	1	196
Pendências a regularizar	555	420
Total Circulante	57.088	44.631

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	341.899	331.272
Total de associados	30.600	25.749

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 10.627 (2019 – R\$67.057), sendo R\$ 41.634 (2019 – R\$ 48.644) via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 31.007 (2019 – R\$ 23.913).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,7% em Conta Corrente, no montante de R\$ 9.237, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 25% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	69.482	70.538
Participação nas sobras	(2.677)	(2.085)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	66.805	68.453
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(26.722)	(20.536)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	27.035	19.925
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	3.695	4.801
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(2.491)	(4.190)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	126.798	110.483
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	724.007	545.041
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	285	312
Outros ativos (Nota 08)	320	-
Investimentos (Nota 09)	44.961	41.857
Intangível (Nota 10)	307	-
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	12.014	123
Outros passivos (Nota 15)	33.473	26.364
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	3.751	2.875
Ingressos e receitas de prestação de serviços	640	813
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	15.923	29.642
Despesas		
Operações de empréstimos e repasses	218	-
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 20)	510	420
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 22)	6.955	4.982

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	513	0,17%	431
Depósitos a prazo	3.187	0,26%	2.966
Operações de crédito	1.229	0,11%	1.302

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.961	3.631

NOTA 19 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	10.312	19.683	16.251
Benefícios	3.571	7.021	4.286
Encargos sociais	3.709	6.943	5.251
Treinamentos	11	17	12
Total	17.603	33.664	25.800

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	290	603	578
Aluguéis	872	1.467	907
Comunicação	371	752	432
Manutenção e conservação	628	1.196	771
Material de expediente	188	474	348
Processamento dados	484	946	724
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	421	974	1.393
Serviços do sistema financeiro	1.710	3.547	3.114
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.491	3.997	1.804
Serviços de vigilância e segurança	601	1.035	836
Serviços de transportes	459	1.004	733
Depreciação	1.291	2.387	1.570
Amortização (Rateio Confederação)	24	27	1
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	418	1.498	1.243
Seguros	996	1.814	1.431
Emolumentos e taxas diversas	989	1.329	320
Despesas com bens não de uso	799	912	334
Outras despesas administrativas	856	1.856	992
Total	13.888	25.818	17.531

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	418	1.498	1.248
Recuperação de encargos e despesas	394	945	510
Ingressos depósitos intercooperativos	7.029	15.783	29.517
Reversão de provisões operacionais	6.837	1.680	3.605
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	5	13	38
Reversão de provisões para passivos contingentes	91	193	48
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	697	697	-
Outras rendas operacionais	944	2.221	2.544
Total	16.415	23.030	37.510

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.790	4.954	122
Contribuições Cooperativistas	71	143	138
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	171	513	456
Contribuição Confederação Sicredi	2.871	5.332	2.369
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	868	1.711	1.768
Encargos da administração financeira	1	3	155
Repasse Administradora de Cartões	-	83	156
Provisões para garantias financeiras prestadas	9	36	9
Provisões para passivos contingentes	206	307	105
Outras provisões operacionais	629	1.139	802
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.330	2.004	686
Risco operacional	264	504	174
Outras despesas operacionais	917	1.763	14.276
Total	12.127	18.492	21.216

NOTA 23– RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	41.891	66.805	68.453
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	41.891	66.805	68.453

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	3.846	2.464
Total	3.846	2.464

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	454.988	423.607
Nível I (NI)	454.988	423.607
Capital principal - CP	454.988	423.607
Capital social	341.899	331.272
Reservas de capital	78.560	60.137
Lucros acumulados	40.298	36.716
Ajustes Prudenciais	(5.769)	(4.518)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.290.889	1.061.807
Margem de Capital	319.445	295.732
Índice de Basileia (PR / RWA)	35,25%	39,89%
Situação de Imobilização (Imob)	33.569	30.837
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,38%	7,28%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Paulo Valério Nóbrega Ferreira De Melo
Diretor Executivo
CPF: 284.766.624-91

João Alfredo Falcão da Cunha Lima
Diretor de Operações
CPF: 467.733.394-72

Felipe Gurgel de Araújo
Diretor de Negócios
CPF: 910.157.314-49

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20